

O trabalho na história de vida de mulheres egressas de um projeto em Economia Solidária

Rayssa Rosany de Castro Silva¹

Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa, PB, Brasil)

Manuella Castelo Branco Pessoa²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, RN, Brasil)

Maria de Fatima Pereira Alberto³

Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa, PB, Brasil)

Mariana Moura Nóbrega⁴

Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa, PB, Brasil)

Este artigo tem como objetivo compreender os sentidos atribuídos ao processo de incubação realizado por mulheres egressas de um projeto em economia solidária em uma Incubadora de Empreendimentos Solidários, a partir de suas trajetórias de vida e de trabalho delas. Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória, realizada através das ferramentas de história de vida e grupo de discussão, utilizando-se da análise de núcleos de significação. São mulheres diversas, que lutam pelo seu sustento e não conseguem se definir dissociadas do trabalho, sendo a maioria delas as responsáveis por atividades dentro e fora da esfera do lar. As histórias contadas revelaram que, mesmo que essas mulheres trabalhadoras não tenham alcançado um entendimento total da economia solidária enquanto modelo produtivo, as experiências vivenciadas no processo de incubação foram formativas.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras, Economia solidária, Gênero, Raça e classe.

Work in the life story of women who left a project in Solidarity Economy

This study aims to understand the meanings women who graduated from a project in solidarity economy attributed to the incubation process in an Incubator of Solidarity Enterprises based on their life and work trajectories. This is exploratory qualitative research, conducted with four female workers who left a solidary enterprise, used the tools of life history, discussion group, and analysis of meaning cores. These diverse women fight for their livelihood and are unable to define themselves as dissociated from work since most are responsible for activities inside and outside their homes. Their stories showed that, even though these working women were unable to fully understand the solidarity economy as a productive model, they had formative experiences in the incubation process.

Keyword: Working women, Solidarity economy, Gender, Race and class.

1 <https://orcid.org/0000-0001-8381-3530>

2 <https://orcid.org/0000-0003-3523-8708>

3 <https://orcid.org/0000-0003-2515-9571>

4 <https://orcid.org/0000-0003-0426-0988>

Introdução

O presente artigo tem como objetivo compreender os sentidos atribuídos por mulheres egressas de um projeto de extensão vinculado a uma Incubadora de Empreendimentos Solidários ao processo de incubação em um Empreendimento Econômico Solidário a partir de suas trajetórias de vida e de trabalho. Assume-se que existem questões fundamentais para uma análise do trabalho como atividade humana no mundo, produção e reprodução da vida (Biroli, 2016), demandando, primeiramente, que seja situado no tempo-espaço referente ao que se propõe analisar. No caso do presente artigo, são trazidas vivências de mulheres empobrecidas, moradoras de uma comunidade localizada na periferia de uma das maiores cidades do estado da Paraíba, que realizam trabalhos nos âmbitos produtivo e reprodutivo.

O trabalho comumente é associado ao emprego, forma de tentar garantir algum sustento, sobrevivência, exercício profissional, e, talvez, em seguida pensemos em termos de atividade, atuação e intervenção humana no mundo (Dallago, 2010). Pensar o trabalho sem estar atrelado à perspectiva do colonizador, ao referencial imposto por aqueles que mantêm a lógica opressora do sistema de produção capitalista, demanda tomar outro ponto de partida que não desse lugar dominante (Bonumá, 2015). Desse modo, o trabalho pode ser considerado o primeiro e mais importante ato histórico da humanidade, constituindo significativo fator de diferenciação dos demais seres vivos, visto que somente este seria executado por meio do fazer consciente. Logo, se faz necessário considerar a alusão ao processo de subjetivação-objetivação, em sua dinâmica dialética materialista histórica, própria da atividade humana no mundo, quanto à necessidade de criar meios e condições de sobrevivência e existência (Andrade, 2008).

Nesse sentido, é preciso reconhecer o contexto do desenvolvimento histórico do Brasil, marcado pela formação de uma sociedade estatal baseada na escravidão, nas classes sociais e na degradação da condição das mulheres, questões que se desdobram e pesam até os dias de hoje (Ribeiro, 2016). Olhar tais questões demanda perceber que raça, classe e gênero não podem ser categorias consideradas de forma isolada, e sim de modo indissociável. As classes sociais decorrem de um processo histórico cujas mudanças ao longo do tempo geraram a expansão da divisão do trabalho, o acúmulo de riqueza, a propriedade privada e, conseqüentemente, as desigualdades sociais. Para Marx e Engels (1986), o conceito de classe constitui instrumento de análise, e, como tal, possibilita entender as relações entre fenômenos econômicos, políticos e culturais, sendo o econômico a base das relações sociais, a partir da qual se constituem as desigualdades sociais. Sobre essa perspectiva, as explicações marxistas mantêm atualidade na compreensão das relações sociais com o trabalho.

Deste modo, para a composição deste artigo, opta-se por utilizar a categoria “classe que vive do trabalho” (Antunes, 1999), entendendo que esta oferece subsídios para compreender os desdobramentos da crise do capital e a superação da visão reducionista sobre o trabalho, reafirmando sua centralidade e incorporando-o às várias configurações (proletariado, terceirizado, informal, precarizados, desempregados) que contemplam essencialmente a venda da sua força de trabalho, a qual pode ser direta, indireta ou subordinada ao capital. Centralidade que aparece sob diversas formas: trajetórias de trabalho, trabalho na infância, trabalho da família, trabalho doméstico, tipos de trabalho, formas e relações de trabalho (remunerado, informal, reprodutivo), relações essencialmente ligadas às estratégias para garantir ou suprir as necessidades de sobrevivência. Cisne (2018) argumenta que o entendimento dessa sociedade exige compreender que as classes sociais não são meras abstrações, mas relações sociais que envolvem antagonismos inscritos em uma materialidade de corpos reais, que possuem sexo/sexualidade, raça/etnia, ressaltando também que não se dissociam gênero, raça e classe. Como afirma Kergoat (2010), o patriarcado e o capitalismo se combinam, exploram dominando e dominam explorando, reservando às mulheres um lugar especial na estrutura opressora do sistema de produção capitalista.

A partir da perspectiva da divisão sexual do trabalho, são introduzidas a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução, abrangendo também o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal (Hirata & Kergoat, 2007; Hirata & Zarifian, 2009; Kergoat, 2010). Assevera Cisne (2018) que analisar a exploração da mulher no mundo deve atentar, sobretudo, em como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe que vive do trabalho, e que isso atende diretamente aos interesses dominantes. Tal reflexão pode ser utilizada para o entendimento das relações étnico-raciais como fundamentais para desvelarmos os mecanismos de dominação e exploração de classe. Isso também é confirmado por Falquet (2008) ao salientar que é preciso repensar tais relações considerando como se dá o capitalismo atualmente, suas heranças em tempos de globalização e avanço significativo do neoliberalismo.

Hirata (2005) apresenta uma reflexão importante ao constatar que, para mulheres executivas e com postos de responsabilidade poderem trabalhar, necessitam, muitas vezes, de outras mulheres, desprovidas de recursos e que precisam sustentar a família, para assegurarem as tarefas domésticas. Assim, “o primeiro grupo de mulheres não pode existir sem o outro” (Hirata, 2005, p. 6). Essa história soa familiar quando pensamos no passado recente do nosso país, fazendo-nos refletir sobre o (não)reconhecimento da importância que essas mulheres, responsáveis pelo sustento e cuidados de suas e de outras famílias, recebem, tanto em termos de remuneração quanto de valorização para além do dinheiro. Gonzáles (1979) aponta esse processo de formação da nossa sociedade desde seu início, na época da colonização e escravidão, comparando o que era de encargo da mulher negra escrava diferente com o que era da mulher branca sinhá.

Economia Solidária: a possibilidade de novas práticas

A economia solidária surge a partir da década de 1980, e, no Brasil, mais marcadamente na década de 1990 (Lechat, 2002; Singer, 2000), apesar de ter suas raízes em paradigmas antigos, como o socialismo utópico do século XIX. No contexto brasileiro, chama-se atenção para as organizações sociais de resistência históricas, como as Ligas Camponesas e os movimentos camponeses iniciais organizados na luta pela Reforma Agrária. Nasce posteriormente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), este cumprindo papel fundamental na consolidação das cooperativas no Brasil, tomando a organização destas - de produção agropecuária, de prestação de serviços e de crédito, basicamente - como uma de suas principais estratégias para fazer com que as terras desapropriadas de latifúndios improdutivos (áreas assentadas pelas famílias) se tornem economicamente viáveis (Singer, 2000).

A respeito de uma definição ou conceituação sobre a Economia Solidária, as considerações são muitas e diversas, transitando pelo entendimento de autores que compreendem que esta atuaria em paralelo à economia mercantil e fora da esfera estatal, enquanto outros defendem a atuação do Estado junto à sociedade civil, na implementação de políticas públicas. Outros postulam que constituiria uma possibilidade de criação de uma forma social de produção diferente, convivendo com a produção capitalista, enquanto alguns acreditam que iniciativas empreendedoras em economia solidária podem constituir-se como alternativas de geração de trabalho e renda, mas seriam incapazes de confrontar as formas mercantis de produção (Andrade, 2008; Nobre, 2003).

Cruz (2006) aponta que algumas características da economia solidária não estão dadas, mas se apresentam como tendências e potencialidades, desenvolvendo-se com maior ou menor intensidade de acordo com as condições objetivas e subjetivas em que se produzem cada uma dessas experiências, vista a conjuntura social em que vivemos, na qual o sistema de produção capitalista é hegemônico, mantendo sua lógica mercantil. Uma das contribuições da economia solidária é, mediante as experiências, desnaturalizar a técnica e a organização de trabalho capitalista como sinônimo de eficiência, perguntando-se a quem se destina esta chamada “eficiência”, ao capital ou à sociedade?

Nesse processo, entram em cena também as Incubadoras de Empreendimentos Solidários, definidas como entidades universitárias destinadas à incubação de empreendimentos e grupos de produção associada. Estas se caracterizam como multidisciplinares, tendo como integrantes professores, alunos de graduação e pós-graduação e trabalhadores pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Uma das funções das incubadoras remete ao atendimento de grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, possibilitando formação em cooperativismo e Economia Solidária e apoio técnico, logístico e jurídico, para que possam viabilizar seus empreendimentos auto gerenciáveis (Singer, 2002).

Entre os grupos assessorados por incubadoras, destacamos aqui os de mulheres trabalhadoras. Nobre (2003) elucida que a questão da mulher na economia solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento do seu protagonismo. Historicamente, muitos grupos de mulheres populares em algum momento de sua existência se empenharam em gerar renda, apenas para garantirem o funcionamento do próprio grupo ou para justificarem para si e sua família as tardes em que se ausentavam de casa para estarem com outras mulheres, e ainda como meio de sustento integral ou complementar de suas famílias e comunidades. De acordo com Cruz (2006), tal como nossa sociedade se organiza hoje, grande parte das relações de reciprocidade é mantida graças ao tempo e à dedicação das mulheres, através do trabalho de reprodução social, este que, ainda assim, não aparece quantificado, nem em forma de remuneração nem como algo que gera valor para a sociedade. Desse modo, a economia pode se fortalecer com a crítica feminista à economia capitalista que se apropria das desigualdades de gênero, raça/etnia para assegurar suas bases de funcionamento (Hirata, 2018).

O reconhecimento da contribuição das mulheres na produção de riquezas e na promoção do bem-estar das sociedades implica sair de uma lógica monetária, de maximização do lucro e acumulação de capital, considerando o valor das atividades não monetárias assumidas pelas mulheres, demandando, ao mesmo tempo, que estas tenham acesso a uma remuneração pelo trabalho, meio privilegiado para terem um mínimo de autonomia. É preciso atenção para as contribuições daquelas que são colocadas em situação de vulnerabilidade pela estrutura social, situando-as não como meras vítimas, e sim como aquelas que ocupam um lugar de resistência, de importância fundamental na vida humana (Carneiro, 2003). A partir de suas colaborações, trazidas para o nosso contexto brasileiro, lembramos de todas aquelas que compartilham posições menos favorecidas socialmente, que precisam ser devidamente reconhecidas e ter condições de transformar os lugares que ocupam em termos de espaço e posição social.

Metodologia

Contextualização

A pesquisa foi realizada com mulheres egressas de uma iniciativa de empreendimento em Economia Solidária de uma Incubadora de Empreendimentos Solidários, atuante no estado da Paraíba e vinculada a um Programa de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários de uma universidade federal. Em 2014, iniciou-se o processo de incubação desse empreendimento solidário, uma lanchonete situada em um campus universitário, onde um grupo de moradoras de uma comunidade vizinha produz e comercializa alimentos saudáveis diferenciados. O processo de incubação tem uma finalidade educativa que se fundamenta em práticas de reciprocidade, cabendo à incubadora a realização de atividades de formação, assessoria técnica e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários, até que estes alcancem patamares de sustentabilidade e viabilidade econômica, autonomia e segurança para iniciarem a fase de desincubação. Essas ações

são facilitadas sobretudo por meio de projetos de extensão e estágios, principalmente nas áreas de psicologia, sociologia, gestão pública e engenharia de produção. Ao longo dos anos de existência, a lanchonete passou por diversas formações, mudanças entre os membros, seleções de novas trabalhadoras através de processos seletivos coordenados por elas, auxiliados pela incubadora. As autoras desse artigo passaram a fazer parte da equipe técnica da incubadora apenas no ano de 2019.

O referido empreendimento encontra-se vinculado a um projeto de extensão da Incubadora universitária, e conta com o apoio dos Departamentos de Nutrição, Psicologia, Engenharia de Alimentos e Gestão Pública. Oferecem uma variedade de lanches e alimentos saudáveis, também com opções veganas e vegetarianas. Ao longo dos anos, o número de sócias foi variando de acordo com a demanda, chegando a ter até 12 mulheres trabalhando na lanchonete. As seleções para ingresso no projeto foram sempre realizadas pelas trabalhadoras do estabelecimento. Contudo, o primeiro grupo foi formado a partir de uma parceria entre a Incubadora e um Instituto que funciona na comunidade.

As mulheres aqui entrevistadas, denominadas participantes narradoras, foram as pioneiras, fizeram parte da primeira turma de trabalhadoras que participou desse projeto. O contato com essas mulheres se deu, em um primeiro momento, a partir da própria Incubadora. Após o primeiro contato, elas foram indicando outras trabalhadoras, a partir da técnica “bola de neve”. As participantes narradoras desse estudo foram quatro mulheres moradoras de periferia. A fim de garantir que não sejam expostas de nenhum modo, foram adotados pseudônimos para cada participante, baseados em mulheres importantes da história dos movimentos sociais brasileiros, que, assim como as participantes narradoras, foram trabalhadoras de luta e resistência, sendo estes: Margarida Maria Alves, Elizabeth Teixeira, Tereza de Benguela e Lélia Gonzalez. A caracterização dessas mulheres trabalhadoras encontra-se na Tabela 1, que segue abaixo:

Tabela 1 – Caracterização

Nome	Idade	Raça	Escolaridade
Margarida Maria Alves	42 anos	Branca	Finalizando o Ensino médio pelo Educação de Jovens e Adultos
Elizabeth Teixeira	37 anos	Branca	Ensino fundamental incompleto
Tereza de Benguela	38 anos	Negra	Ensino médio completo
Lélia Gonzalez	39 anos	Negra	Ensino médio completo, com curso técnico em auxiliar de dentista e cabeleireira

Instrumentos e técnicas

As técnicas escolhidas para dar conta do objetivo desta pesquisa foram: (1) a história de vida e (2) grupo de discussão. A história de vida tem como base a perspectiva qualitativa biográfica, na qual o pesquisador escuta o relato da história de vida que alguém conta a ele, possuindo uma dupla dimensão: a descrição de fatos e a busca de sentido. Foi possível realizar dois encontros com cada participante, de acordo com a disponibilidade delas. Os encontros duraram entre uma e duas horas, em local escolhido pelas mulheres entrevistadas, sendo alguns deles realizados nas suas respectivas residências, e outros na associação de moradores do bairro. Ao fim do processo de escuta, todo o material foi transcrito e discutido entre o sujeito participante e o pesquisador. A partir de então, foi realizado um mergulho analítico para buscar identificar naquele material as pistas que ajudam a responder as questões de pesquisa (Nogueira et al., 2017). Desse modo, utilizou-se como questão geradora inicial a pergunta “Pode me falar um pouco de você? já que estamos nos conhecendo agora”, dando abertura para que se apresentassem à sua maneira.

Já o grupo de discussão (Godoi, 2015) foi utilizado como forma de validar no coletivo o que foi construído junto a elas nesse momento individual. Foi realizado apenas um encontro, que aconteceu

também na associação do bairro, com duração de duas horas. A ideia não era lançar mais uma pergunta geradora, mas sim, a partir do que já havia sido narrado, entender como essas questões se expressavam no coletivo. Assim, foram distribuídas as transcrições às suas respectivas narradoras, e, a partir daquele contato com as histórias que teceram no primeiro momento da pesquisa, pudemos tratar de algumas questões mais latentes.

Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada a partir dos Núcleos de Significação, entendendo o ser humano como um ser constituído na e pela atividade, revelando a historicidade social, a ideologia, as relações sociais, o modo de produção (Aguiar et al., 2015). A análise foi realizada com base no material transcrito, dividida em duas etapas: a primeira, referente às narrativas de modo individual, em um encontro entre pesquisadora e participante, no qual, a partir de uma leitura flutuante, inicialmente foram identificados pré-indicadores e indicadores, a partir dos quais foi retomada a leitura do material, de modo mais atento, articulado aos objetivos gerais e específicos do estudo, construindo-se, assim, os núcleos de significação; a segunda foi realizada no grupo com as trabalhadoras, com a finalidade de esclarecer o processo de pesquisa, consultá-las a respeito dos núcleos construídos com base nas suas narrativas, esclarecendo dúvidas e resgatando seus apontamentos para realizar o movimento de coanálise do material construído.

Resultados e Discussão

O trabalho na vida da mulher moradora de periferia: lutas e resistência

Ao falar das trajetórias de trabalho, fica evidente o aprofundamento das relações de opressão a partir da classe e gênero. Quando Margarida afirma que precisou trabalhar na infância, desde os 8 anos de idade, na tentativa de garantir suprir necessidades de sobrevivência, fala sobre a condição de classe que vive do seu trabalho e de sua família, e que todos os trabalhos que teve antes da experiência na lanchonete solidária eram relacionados à esfera do lar, trabalhos domésticos, como diarista. Ela expressa que a mãe teve um problema de saúde: “por essa questão ela deixou de trabalhar, então eu tive que me virar, né? não só eu como meu irmão mais velho, também, que ele também começou muito cedo. De lá em diante eu... não parei mais não, visse?” (MA).

Elizabeth conta que nasceu em um município do interior do estado e foi morar na comunidade com 13 anos de idade, teve sua primeira filha aos 16 anos e, na época da pesquisa, era mãe de cinco. Afirma, a princípio, que nunca trabalhou porque a mãe não deixava, e o primeiro trabalho que reconhece foi na lanchonete solidária. Essa fala chama atenção e faz indagar que, às vezes, executamos atividades que não rendem monetariamente diretamente, mas que fazem parte desse trabalho reprodutivo (Hirata & Kergoat, 2007), como a exemplo do trabalho de ser mãe, dona de casa. Ela retorna dizendo que é bom demais ser dona de casa por estar perto dos filhos e cuidar deles.

A fala de Elizabeth traz sua origem, de mãe solo, pertencente à classe que vive do trabalho, na qual o trabalho pelo sustento está presente desde a infância. A fala de Margarida é também demarcada pela divisão social e sexual do trabalho, quando, em um primeiro momento, não reconhece as atividades que exerce no cotidiano como trabalho, e compartilha que visualiza a necessidade de uma atividade remunerada para complementar a renda do esposo e proporcionar algo para os filhos. Suas narrativas evidenciam que ser mulher e mãe se torna uma função pesada, sendo estas as comumente encarregadas pelos cuidados com a família, os filhos, a casa e o sustento, explicitando

as relações de opressão que envolvem classe e gênero, e seus arranjos de acordo com a posição na estrutura social (Cisne, 2006; 2018; Hirata, 2018).

A terceira participante, Tereza, mora com seu pai e sua mãe, que já são idosos, e um sobrinho de 22 anos. Ela é divorciada e não teve filhos - por questões de saúde precisou fazer uma histerectomia -, porém participou da criação dos sobrinhos e de duas crianças da vizinhança, que diz que até hoje a chamam de tia. Sobre sua trajetória de trabalho, Tereza traz algumas inserções laborais anteriores à sua experiência na lanchonete solidária, demarcadas por ocupações socialmente atribuídas às mulheres: função de serviços gerais em uma pizzaria e monitora de festas infantis, que é o ramo em que trabalha atualmente, começando como garçom de Buffet. Na sua casa funciona uma vendinha, que existe desde que ela era criança, onde ocorreu seu primeiro contato com o trabalho como fonte de renda familiar, vindo desde seu pai. A respeito das atividades de casa (limpeza, cozinha), afirma que são divididas as tarefas, trazendo a participação dos homens de sua família (casa) nos trabalhos domésticos, afirmando que todo mundo cresceu ajudando.

Lélia contextualiza sua história contando que na sua casa moram ela, o filho de 14 anos, sua mãe e seu pai, um irmão e uma sobrinha, sendo ela e a mãe as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, revelando algumas dificuldades em convencer o filho a também cuidar das atividades domésticas, mas que chama atenção dele sobre não deixar de fazer ou esperar que uma mulher faça por ele ser homem. Usa como referência o irmão: “esse meu irmão, que saiu agora da moto, ele faz tudo numa casa! E ele é homem!” Relata que esteve casada por oito anos, e que se separou quando seu filho estava com cinco anos de idade, criando-o sozinho, com eventuais ajudas de uma madrinha para que ela pudesse estudar e trabalhar. Mais uma vez, a divisão social e sexual do trabalho aparece como elemento importante na atividade das mulheres, responsabilizadas pelo cuidado dos filhos e de familiares (Cisne, 2018; Hirata & Kergoat, 2007).

No que diz respeito à origem familiar, se refere à sua mãe como uma “mulher firme”, que cuidou de 10 filhos sozinho e depois teve mais dois filhos com o atual marido. Ela reflete sobre a dificuldade do trabalho que é ser mãe e sob as adversidades de sustento enfrentadas desde a infância. O fato de ter que ser “pãe”, termo utilizado por Margarida, aparece também na sua vivência materna, refletindo sobre as dificuldades e responsabilidade. Ela conta que trabalha desde que se entende “por gente”, aparecendo novamente um indício de trabalho na infância/adolescência, relatando que já trabalhou como babá, em creche e como empregada doméstica.

Ela revela na sua narrativa as dificuldades enfrentadas nesse trabalho voltado ao cuidado, que era mais tranquilo, segundo diz, quando não tinha filho, pela falta de obrigação que teria também em casa. Traz que a necessidade do sustento era o que prevalecia, pois recebia variadas demandas e responsabilidades com os filhos de outras mulheres, como, por exemplo, levar a criança ao médico. Lélia narra ainda que, depois que o filho nasceu, ficou um tempo desempregada, tendo como fonte de renda suas atividades como cabeleireira em casa: “aí, quando ele fez quatro anos eu disse ‘espera aí que eu vou arrumar algum emprego’. Aí foi quando eu fiquei trabalhando na limpeza na universidade” (LG). Sua fala carrega essa relação com o trabalho do cuidado, realizado desde a adolescência a contragosto, preferindo trabalhos fora da esfera do lar. Contudo, sua trajetória de trabalho persiste no âmbito do cuidado, trabalhando no setor de limpeza da universidade, em decorrência da imperatividade da necessidade de sobrevivência. Atualmente encontra-se contratada, contudo ainda faz alguns trabalhos de cabeleireira em casa, no salão, aos fins de semana e feriados, para complementar a renda. Em sua narrativa, emergem também possíveis sequelas de trabalho, quando fala das fortes dores no braço, sugestivamente sinalizando que precisava parar. Por sua trajetória ocupacional, nota-se que, de fato, trata-se de uma mulher que trabalhou muito na vida, e ainda trabalha, dentro e fora de casa, evidenciando mais uma vez sua condição de classe que vive do trabalho.

No grupo com as trabalhadoras, percebeu-se que elas, ao falarem de si como mulheres, trazem vivências sempre atreladas ao trabalho, ressaltando seu lugar na estrutura social. A questão do papel social feminino tem um peso ainda maior para as mulheres negras e/ou moradoras de territórios racializados (Amparo-Alves, 2011; Biroli, 2016), que, além de terem que cuidar dos próprios filhos, afilhados ou parentes, são historicamente encarregadas de cuidar dos filhos dos grupos sociais mais favorecidos, seja a pequena burguesia, concebida como proprietários dos meios de produção, ou gestores do capital (Antunes, 1999), nos “bairros nobres”, como forma de obter alguma renda. Tais questões que surgem nas narrativas individuais são contempladas e complementadas também no grupo de discussão, quando elas afirmam que ser mulher não é fácil, que é bom ter seu próprio dinheiro, que o trabalho doméstico deveria ser remunerado, entre outras questões.

Quanto ao trabalho reprodutivo, todas compartilham a falta de responsabilização por parte dos homens, do pai, e consequente maior cobrança social sobre as mulheres, mães, com maior carga de trabalho. Bonumá (2015) e Ribeiro (2017) também chamam a atenção para as inúmeras jornadas, dentro e fora da esfera do lar, vivenciadas por essas trabalhadoras, não restando muita opção, uma vez que precisam sustentar suas famílias. E ainda resistem, já que muitos dependem de sua existência, mesmo que não reconheçam. Desenvolvem na resistência suas visões de mundo, estas contribuições potentes na luta pela transformação de uma ordem social forjada numa meritocracia falaciosa, que tenta ocultar as contradições do sistema de produção, desconsiderando quem realmente trabalha pela vida coletiva.

Logo, se revela a intensa jornada de trabalho feminina, sobretudo relacionada a trabalhos do âmbito reprodutivo, como situam Cisne (2018) e Nobre (2003). São mulheres que buscam aprender com as experiências vivenciadas, algumas visualizando nos estudos um possível caminho para melhoria nas condições de vida, outras investindo nas possibilidades de estudo dos filhos, e outras mais focadas nas atividades de trabalho. Isso evidencia a necessidade de analisar o trabalho no modo de produção capitalista a partir de sua distribuição entre os sexos, ficando evidente uma relação social específica entre os grupos de homens e mulheres em seu exercício de papel social, no qual as mulheres não são pagas pelos trabalhos do cuidado.

Tais questões direcionam a construção da identidade delas como mulheres e trabalhadoras, logo, construir espaços de falas e de partilha é tentar romper com a reprodução do silenciamento e a estigmatização de determinadas vozes e corpos de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo. Nas narrativas dessas mulheres emergem vários apontamentos, como a luta pelo território constantemente invadido e invisibilizado pela classe mais favorecida da cidade. Logo, como afirma Ribeiro (2017), a diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro, exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres.

O processo de trabalho na lanchonete solidária, formações/empreendimento em economia solidária

Sobre a experiência na lanchonete solidária, Elizabeth relata que a oportunidade de ingresso veio através de um membro da equipe técnica que morava na comunidade.

Apareceu meio mundo de serviço pra mim ir trabalhar de carteira assinada, e eu não fui pra ficar na lanchonete solidária, perto de casa, perto das minhas filhas... aí tava ajudando meu marido, né? Foi ótimo pra mim, mas aí depois eu saí de lá, né? Sem carteira assinada! (ET).

Compartilha que completaria um ano de trabalho um mês antes de sua saída, e reitera constantemente que gostaria de ainda estar trabalhando lá, dando a entender que essa saída pode

ter sido um processo conflituoso. Mesmo sendo indagada sobre a situação, a entrevistada preferiu não se aprofundar sobre isso, nos restando respeitar sua decisão. Tal situação é compreensível, já que essa foi sua primeira experiência de trabalho remunerado, fora do ambiente doméstico, possível de conciliação com sua vida familiar, como coloca no trecho anterior, somando financeiramente na renda de casa.

Embora Elizabeth traga em sua fala que acabou ficando sem o trabalho na lanchonete e sem a carteira assinada, relacionada à possibilidade de vaga que surgiu anteriormente, ela consegue reconhecer que houve um aprendizado nesse contato inicial com o trabalho fora de sua casa. A trabalhadora fez parte das formações iniciais e da montagem da lanchonete. Suas falas evidenciam o lugar de importância que esse trabalho teve na sua vida, ao passo que também fica elucidado que foi uma das mulheres autoras dessa história que esteve lá no momento de construção da lanchonete enquanto ponto comercial, relatando um momento importante da incubação, como demonstra a literatura (Cruz, 2006; Singer, 2002). Inicialmente, tiveram que atrair público e juntar dinheiro para comprar o material de trabalho, contando com o fortalecimento de pessoas envolvidas com a Incubadora e com a associação de moradores da comunidade. Relata que começaram ganhando R\$ 10,00, sem contar a taxa que ficava para manutenção, e que, ainda assim, saíam felizes por estarem trabalhando, fazendo acontecer aos poucos. Segundo relato, com a persistência o ganho foi aumentando, tendo mês em que chegavam a tirar R\$ 700,00 cada.

Antes de começarem a trabalhar na lanchonete solidária, todas as entrevistadas estavam desempregadas, então não tinham condições de investimento, trabalhavam com serviços domésticos e estavam visualizando nessa iniciativa uma nova possibilidade, ainda que diante das dificuldades enfrentadas no tempo dedicado a “fazer o negócio andar”. Margarida, que também esteve presente no momento de abertura da lanchonete, relata que começaram com dívidas, e reconhece que os instrumentos de trabalho que têm hoje são fruto das lutas do grupo. A partir das narrativas de Margarida e Elizabeth sobre esse processo, fica perceptível o quanto o projeto em si dependeu dessas mulheres, demandando devido reconhecimento das contribuições de todas que estiveram no começo, sendo seus trabalhos fundamentais para a lanchonete solidária existir e caminhar.

Sobre sua entrada no projeto, Tereza fala que o efetivo recebido no fim do mês variava entre R\$ 700,00 e R\$ 900,00, sendo que ela se juntou ao grupo quando o negócio já estava mais estabelecido (em 2014), passando por um processo seletivo de entrevista. Devido à sua trajetória ocupacional, inicialmente a participação no projeto pode ter soado como mais uma oportunidade de emprego, um pouco diferente da situação de Elizabeth e Margarida, que tiveram outra relação com a escolaridade, outra formação, portanto maiores dificuldades para arrumarem uma atividade remunerada, tendo nessa oportunidade um outro lugar de significação em suas vidas – o que ressalta que não é por compartilharem a mesma posição na estrutura social que os processos de atribuição de sentido ocorram da mesma forma.

Lélia compartilha que, depois de ter passado cerca de três anos desempregada, quando ingressou na lanchonete solidária já havia 12 mulheres trabalhando lá, e que esse número foi variando entre 8 e 10 trabalhadoras. Fala que soube da seleção através de outra moradora da comunidade, que também trabalhou na lanchonete, explicitando que a proposta foi se expandindo – quando uma percebia que a outra poderia querer ou estava precisando, fazia o convite, mas agora tinham que passar por esse processo de entrevista. Assim como Tereza, Lélia se juntou ao grupo quando o trabalho já estava mais sistematizado, com equipes formadas. É possível notar que as formas de entrada variaram de acordo com o grupo que estava trabalhando na lanchonete: algumas foram convidadas e entrevistadas, outras passaram por uma seleção mais formalizada.

É preciso considerar as diferenças, os contrastes, devido ao próprio momento e movimento histórico do projeto, mas também as suas trajetórias de vida, que se encontram no que diz respeito à condição material, como moradoras de uma mesma comunidade. Apesar dos pontos comuns,

elas também tecem suas singularidades, já reconhecíveis através das narrativas trazidas até aqui, no modo como contam suas histórias, nos rumos que vão seguindo, lidando com os atravessamentos desse tecido maior que é a dimensão social (Carneiro, 2003; Nobre, 2003). Tais singularidades se expressam ao abordarem, no conjunto do processo de trabalho, o próprio deslocamento para a universidade, que, dada a localização periférica, requer caminhar em áreas não preparadas para o trânsito de pessoas a pé. Por exemplo, a principal via que liga essa comunidade à universidade foi feita apenas para carros, não há ciclovias ou faixa de pedestres.

A problemática de percurso para a lanchonete perpassa a fala de todas as narradoras neste estudo. Margarida fala um pouco sobre: “A gente ia de manhã, ou então, quando a gente pegava à tarde já, já chegava, a gente saía lá oito horas, saía ali mesmo, atravessava a BR, tudinho... ia todo mundo junto” (ET). Elizabeth também relata que, “quando a gente vinha tudinho lá de dentro, era tudo na cachorrada, brincando... bagunçando... dizia ‘pega na minha mão pra atravessar, visse?’” (ET).

A comunidade fica vizinha ao campus, mas são muitas as dificuldades no trajeto por conta da falta de planejamento urbano que garanta mobilidade segura aos moradores. Elizabeth e Tereza falam sobre a reivindicação de uma passarela para auxiliar a travessia da BR, mas o poder público não resolve o problema, compartilhando que já fizeram abaixo-assinado solicitando a melhoria. Isso explicita que os moradores da comunidade se organizam na tentativa de garantir seus direitos, e denunciam a negligência do Estado, citando obras inacabadas na cidade e nos arredores. Logo, percebe-se que não há como falarem sobre como foi o projeto sem falarem das suas vidas, origens, experiências anteriores, trajetórias e percursos de trabalho, problemas estruturais enfrentados pela periferia. Fica evidente a articulação entre os núcleos de significação, sendo o fator mobilidade uma questão que afeta todas como moradoras em um território marginalizado pelo poder público.

Quanto às atividades realizadas, Margarida fala sobre suas funções na lanchonete: “Eu fiquei mais na limpeza e nas compras e pagamento de fornecedor, dívidas, essas coisas assim. Eu não tinha muita paciência pra esse negócio de cozinha, não, sabe? Eu ficava meio alvoroçada” (MA). O trecho evidencia que Margarida ficou próxima dos trabalhos que já realizava, somados a novas atividades, quando fala sobre a relação com os fornecedores e pagamentos de dívidas, apesar de ressaltar a relutância em cozinhar, apesar de atualmente trabalhar com isso. Revela ainda o “medo de errar a comida”, fazendo refletir sobre o público que frequenta a lanchonete, majoritariamente composto por estudantes universitários.

Elucida também dificuldades que podem aparecer em uma proposta de empreendimento em economia solidária, pois autogestão é uma forma de gestão coletiva na qual se pode optar pelo exercício de rodízio de funções, prezando que os procedimentos de trabalho ocorram de modo integrado, que os trabalhadores envolvidos conheçam e saibam realizar um pouco de cada atividade necessária ao funcionamento do empreendimento. No caso da lanchonete solidária em questão, o rodízio foi implementado com o auxílio da equipe técnica que assessorava o empreendimento, lugar já conhecido no processo de incubação (Singer, 2002).

Elizabeth também fala sobre as atividades desempenhadas por ela, sobre o processo de atribuição dessas funções, que “elas dividiam”, compartilhando que fazia o que precisava e sabia fazer. Como tinha dificuldades em termos de leitura e escrita, acabava por ficar inicialmente limitada a determinadas atividades. Tereza, por sua vez, disse logo em sua apresentação que teve uma experiência de caixa, e fala das atividades pelas quais foi responsável no grupo:

Chegava lá e ia organizar os papéis lá, que tinha as comandas, cortar, deixar lá no lugarzinho, porque cada um que chegasse aí ia fazer seu pedido, e eu passava pra cozinha. . . e a menina ficava lá, guardando as comanda tudinho, pra ser contada no final do dia (TB).

Feito isso, era dado baixa no caixa, separando o dinheiro em envelopes de acordo com o que foi vendido. Essa questão das comandas era uma forma de contabilidade e de pesquisa, segundo a trabalhadora, pois assim era possível identificar o que mais saía pela manhã e pela noite. Relata que esteve também na cozinha, auxiliando no preparo dos alimentos, mas não ficou muito tempo lá.

A respeito do seu trabalho na lanchonete, Lélia conta: “fiquei na cozinha lá! Cozinhei, minha filha, aprendi a cozinhar! Aí eu gostei, visse? Porque eu não gosto de cozinhar, se eu pudesse eu comprava só a quentinha, comida pronta”. Percebe-se, então, que exerceu uma função com a qual não tinha tanta proximidade, representando a possibilidade de novos aprendizados, mas reitera, em outros momentos da conversa, que não gosta de cozinhar. Relata que trabalhou também no caixa, e gostou. Sobre a diferença de trabalhar em grupo e o grupo ter que tomar conta do negócio, Elizabeth fala que, em um Empreendimento Econômico Solidário (EES), ninguém manda em ninguém, e é obrigação de cada uma fazer sua parte. Ainda assim, relata algumas exceções em relação à outra mulher do grupo, que, em alguns dias, chegava e queria delegar atividades, e que isso a estressava a ponto de algumas vezes chorar. Já Margarida compartilha que todo mundo dividia as tarefas:

Tinha hora que dava um fuzuê assim, pronto, mas conseguia, né? Porque cada uma tinha sua função e, como estou dizendo a você, quem terminar suas coisas primeiro ia ajudar o outro, né? não ia ficar sentado. E a gente conseguia! Conseguia tranquilo (MA).

Tereza traz elementos relacionados à necessidade de dividir o que deve ser feito para não sobrecarregar alguém, o que tem relação com a organização coletiva do trabalho e autogestão. Relata que não foi ela quem escolheu assumir função de caixa, mas que foi atribuída pela equipe técnica. Apesar de se sentir reconhecida pelas companheiras, quando afirmavam que apenas ela tinha paciência para tal função e queriam que ela voltasse, dizia: “Não, mulher, onde eu estou está bom demais, deixa eu aqui! . . . as minha comandas eu botava tudo num saquinho, bem organizado! . . . Os cliente gostava que só, porque minha letra é bem grande”. Sua fala revela o esmero com o qual desempenhava as funções que lhe foram atribuídas.

Sobre esse processo de atribuição de funções e divisão de tarefas, organização coletiva do trabalho, a fala de Lélia está relacionada ao processo de formação na proposta de incubação. Quando perguntado como trabalhavam em grupo, ela compartilha que dividiam as tarefas, que assim era que o “negócio andava”, mas tampouco revela como era feita a divisão, complementando que todas deveriam passar por todas as funções, afirmando que passou para a cozinha e posicionou-se dizendo que a única coisa que não gostava de fazer era arrumar as cadeiras e mesas. As narrativas das participantes tornam-se uma grande rede, tecida a partir de suas formas de falar sobre o que foi vivenciado. De certo modo, suas narrativas somam-se, construindo a história coletiva do grupo.

No que diz respeito às reverberações do processo de formação/incubação em economia solidária, Margarida compara o trabalho coletivo na lanchonete ao emprego que teve depois que saiu de lá, caracterizado por ela como formal, organizado de modo individual, afirmando que era diferente, que nesse outro era “cada um que fizesse o seu, cada um por si”, e que o que valia mais mesmo era a carteira assinada, por conta dos direitos assegurados, salário certo. Na continuidade da conversa, fala também sobre seu trabalho no próprio negócio atualmente. Elizabeth narra que aprendeu a poupar e não estragar comida, compartilhando também na conversa seus processos de aprendizado na “escola da vida”.

Ao ser indagada sobre como foram os momentos de formação no projeto, ela compartilha suas dificuldades com a escrita, coloca que as informações eram passadas de maneira rápida, e acabava ficando calada. Pontua que “o importante é esse, é estudar! eu sempre digo às minhas filhas ‘estude pra ser alguém na vida! Mode você não chegar a trabalhar na cozinha dos outro, como minha mãe’”. Ela relata que a mãe falava o mesmo para ela, complementando que aprendeu recentemente a escrever o próprio nome. Logo, essa construção coletiva revela os princípios da economia solidária embutidos em suas falas. Mesmo sem nomeá-los, as entrevistadas os trazem a partir da vivência na lanchonete, com seus desafios e superações (Bonumá, 2015; Lechat, 2002; Singer, 2000).

Tereza, em relação aos aprendizados no processo de incubação, compartilha que sempre tinha reunião com alguma pessoa da incubadora para falar de economia solidária: “Eu não me aprofundi nem tanto nisso, mas eu fiquei mais basicamente só lá mesmo, lá no trabalho direto da lanchonete”, reafirmando que seu interesse maior era na atividade prática na lanchonete. Lélia também traz suas considerações e compartilha que muita coisa é falada sobre economia solidária, comentando alguns elementos dos quais se recorda. O continuar da conversa leva Lélia a trazer a seguinte reflexão:

Hoje em dia o povo está, né? Eu acho que hoje em dia o povo está mais, assim, egoísta! Só pensa em si, o outro é que se lasque! Mas esse projeto de economia solidária é bom! Porque ensina as mulheres. Porque, ó, uma mulher daquela que... umas mulheres que trabalha ali, que passa pelo processo, né? que tu falou, de formação, ela pode abrir um negócio pra ela! Negocinho pra ela (LG).

A partir da sua fala, foi indagada se pensou nisso quando saiu do projeto, e responde que não gosta de cozinhar. Mesmo sendo provocada em relação à possibilidade de aplicação do projeto para além da cozinha, ela traz que o que aprendeu lá era mais voltado especificamente para isso, para o cozinhar. Essa fala expressa contradições do projeto, do processo de formação, dos entendimentos relacionados a este por parte das trabalhadoras.

Por outro lado, algumas delas conseguiram perceber as diferenças nas relações de trabalho quando comparavam as experiências que haviam vivenciado. Tal reflexão foi possibilitada sobretudo no momento do grupo de discussão, quando elas puderam refletir juntas sobre o processo de trabalhar na lanchonete solidária. Em suas narrativas, as mais antigas no projeto trazem esse início, quando os professores (incubadora) fizeram a proposta, disponibilizando o local para que colocassem “a mão na massa”, ajudando a iniciar, uma vez que elas não tinham nada. Compartilham que, inicialmente, os instrumentos utilizados foram pegos emprestados com o pessoal da associação de moradores da comunidade, e, depois, com o financiamento da Incubadora, foi possível garantir equipamentos e materiais para a lanchonete.

Para além do processo técnico, indagou-se também sobre a formação em economia solidária e seus preceitos, então elas lembraram que as questões gerais eram tratadas em assembleia. Eram nessas reuniões em que se dividia o rodízio de tarefas, e relatam que decidiam sempre em conjunto com alguém da Incubadora. Durante as férias e recesso, elas tentavam arrumar algo por fora, faziam bicos, realizavam serviços de outras trabalhadoras que estavam de férias. Elas reconhecem ainda que, atualmente, a lanchonete está mais conhecida, e que, antes disso, elas revezavam os grupos dos turnos em períodos de pouca clientela para que não fechasse, e posicionam-se que, para chegarem aonde estão hoje, ali também teve trabalho e contribuição delas. Elas também comentam sobre os comerciantes vizinhos: “quantas pessoas não chegaram ali e disse ‘isso aí vai fechar?’”. Porém, em meio às dificuldades, reconhecem que outros as ajudaram, além disso, situaram vantagens em não terem que pagar aluguel, luz, água, diferente dos outros quiosques. Segundo elas, os problemas relacionais de trabalho eram sempre colocados na assembleia. Contudo, afirmam que “resolvia no momento. Depois, minha fia, a briga era pior! Mas tinha semana que era uma maravilha!” (LG).

Afirmam que valorizavam e reconheciam também o trabalho umas das outras, associando a questões mais concretas, como elogiar as comidas produzidas. Essa pergunta faz lembrar também à companheira de trabalho já falecida, afirmando que ela era a única a não ficar “de birra”, e complementam com um pouco da história dela, sobre o quanto trabalhou, mesmo adoecida. Essa fala revela ainda a falta de assistência à saúde, que emerge também nas falas individuais. Compartilham como sentiram sua morte, o que leva à reflexão de como é difícil lidar com questões de saúde, como são violentadas enquanto mulheres pobres, à vista da negligência do Estado e dos diversos atravessamentos sociais.

Quando perguntado se já tinham ouvido falar sobre economia solidária antes de estarem no projeto, elas respondem que não. Resgatou-se as experiências de trabalho compartilhadas a partir de suas narrativas, os projetos que já existiram na comunidade, relatados por elas, o processo de fazer o negócio andar na lanchonete, acreditando na possibilidade de aproximação de um entendimento sobre tal alternativa produtiva somente a partir de suas próprias vivências, considerando suas visões de mundo. Foi ressaltada a importância histórica do trabalho delas, que estiveram inicialmente no projeto e precisaram apostar no trabalho em grupo para além do lucro, além de estarem presentes falas de persistência.

Reconhecem o auxílio prestado pela assessoria, relatando os cursos, as vezes em que a equipe esteve dentro da lanchonete, as questões técnicas que foram ensinadas por eles, a participação de uma delas em um evento em São Paulo etc. Por outro lado, uma delas posiciona-se no sentido de a Incubadora precisar “ser mais ativa”. Esse posicionamento é então repensado e recolocado ao grupo, no momento em que reconhecem que a Incubadora deveria conhecer a história delas, de “quem entra ali dentro”. Suas falas explicitam a necessidade de romper com o distanciamento produzido historicamente entre os atores da Universidade e aqueles que não ocupam cargos ou lugares oficiais, mesmo que constituam o espaço tanto quanto eles, evidenciando algumas contradições, já que o projeto se propõe a produzir no modelo da economia solidária, que deve partir da vivência dos trabalhadores – neste caso, das trabalhadoras –, considerando devidamente suas histórias, os engendramentos do lugar social que ocupam, sua importância na constituição e execução do trabalho no EES.

Foi indagado se não acham importante que as mulheres que estão trabalhando lá hoje conheçam a história do projeto, e elas respondem afirmativamente. Falam que eram feitos comentários a respeito de quem saiu do projeto, muitas vezes não muito produtivos, o que reforça a necessidade de estar sempre resgatando o histórico, a importância e colaboração de todas que estiveram lá, movimento que deve partir também daqueles que elaboraram e propuseram o projeto. Colocando uma situação hipotética, elas afirmam que, se voltassem lá hoje, só conheceriam duas mulheres. Entende-se que essa seria uma possibilidade a ser pensada também por parte da Incubadora, junto com as trabalhadoras da lanchonete. Uma das mulheres ainda coloca: “Eu podia ser chamada, né, gente? pra dar palestra”. Todas riem um pouco, concordando com a oradora.

Sendo o propósito da Incubadora fomentar projetos de empreendimentos em economia solidária e sua relação institucional com a Universidade, faz parte do prescrito promover processos de formação nesse sentido. Logo, para além de um ponto comercial de produção e venda de comida natural ou vegetariana como fonte de geração de renda para mulheres moradoras da comunidade, o projeto visa funcionar como uma lanchonete-escola de economia solidária. A partir do que narram as trabalhadoras neste estudo, esses elementos não emergiram de maneira clara no processo de incubação proposto na formação em economia solidária. Isso demonstra a necessidade de aprofundar e apostar em um caminho potente na promoção da familiarização dessas trabalhadoras com as premissas da economia solidária como modelo produtivo, ainda que, de certo modo, façam parte dos pilares desse modelo a cooperação, a luta por desenvolvimento local, o valor do trabalho para além do lucro etc. (Lechat, 2002; Singer, 2000).

Percebeu-se que o processo de incubação teve maiores reverberações em termos técnicos, quando trazem que aprenderam sobre atendimento ao cliente, elaboração de cardápio, preparo de alimentação saudável, aproveitamento dos alimentos, evitando o desperdício, mas trazem também que aprenderam sobre trabalhar em grupo, dividir tarefas, realizar rodízio de funções, apesar de ressaltarem certas dificuldades no sentido da autogestão. Fica evidente que visualizaram na EES uma possibilidade de gerar renda para seu sustento e de suas famílias, este sendo o fator mobilizador central do trabalho, devido à condição social de classe que necessita do trabalho para sobrevivência.

Considerações finais

Este estudo, para além dos fins acadêmicos, se constrói como via para fazer ecoar as vozes das narradoras – mulheres trabalhadoras, aqui também pesquisadoras participantes, trazendo suas realidades vivenciadas –, considerando que a ciência e os saberes tidos como oficiais por vezes negligenciam convencionalmente determinados saberes. Sendo estes últimos associados ao conhecimento construído por quem vivencia o lugar da pobreza, sabe-se que é marginalizado, quando, na verdade, deveria ser tomado como centro, já que as condições de acesso à educação formal acabam sendo seletivamente garantidas àqueles com maior poder aquisitivo, não por falta de instituições públicas, mas devido aos nossos arranjos sociais.

Trata-se de mulheres diversas, que lutam pelo seu sustento, não conseguindo se definir dissociadas do trabalho. A maioria é responsável por atividades dentro e fora da esfera do lar, encarregadas, no momento, pelos cuidados da casa e da família exclusivamente, quando apenas uma delas relata que os afazeres domésticos são compartilhados com quem vive na casa, o que deixa transparecer os modelos de organização familiar do trabalho das mulheres. É possível perceber os processos de opressão a partir das relações de gênero, raça e classe na vida das trabalhadoras, uma vez que aquelas que não interromperam os estudos foram as duas mulheres negras. Mas, ainda assim, suas inserções ocupacionais são circunscritas pelo modo como é estruturado o sistema de produção capitalista, que torna ainda mais difícil para uma pessoa negra ascender socialmente.

Mesmo não sendo alcançado um entendimento total da economia solidária enquanto modelo produtivo por parte dessas mulheres trabalhadoras, houve uma contribuição no sentido da implementação do rodízio de funções, especificamente no ramo empreendido, de alimentação saudável, a partir da lanchonete. Ainda assim, uma delas conseguiu abrir seu próprio negócio, mas nenhuma, ao sair do projeto, pensou em montar algo coletivo. Esse elemento gera implicações no processo de pós-incubação, dificultando que o grupo adquira autonomia, ficando muito focado no espaço da Universidade, perdendo de vista as possibilidades existentes de trabalho a partir da própria vivência em comunidade.

Por fim, espera-se que o presente estudo possa trazer contribuições nesse sentido de reflexão para uma atuação comprometida com a transformação da realidade social em favorecimento das parcelas mais excluídas da sociedade. Desenvolver esse trabalho, contando com narradoras-pesquisadoras participantes, moradoras de periferia, trouxe a necessidade de estarmos sempre atentas às questões sociais que nos envolvem, no compromisso de não reproduzirmos leituras estigmatizantes e estereotipadas, o que não foi difícil nesta pesquisa, justamente pela colaboração de cada uma a partir de suas histórias de vida e suas lições de resistência. O trabalho aqui empreendido traz também colaborações acerca da necessidade de se construir conhecimento de modo localizado, situado na realidade que envolve o pesquisador, para que este possa desenvolver, junto com os demais agentes e autores, estratégias de atuação coletiva mais eficientes e coerentes, comprometidas com a transformação social.

Referências

- Aguiar, W. M. J. D., Soares, J. R., & Machado, V. C. (2015). Núcleos de significação: Uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, 45(155), 56-75.
- Amparo-Alves, J. (2011). Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. *Revista da ABPN*, 1(3), 89-114.
- Andrade, P. M. (2008) A Economia Solidária é feminina? A Política Nacional de Economia Solidária sob o olhar de gênero. *Ser Social*, 10(23), 139-169.
- Antunes, R (1999). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Biroli, F. (2016). Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 59(3), 719-754. <https://doi.org/10.1590/00115258201690>
- Bonumá, H. (2015). As mulheres e a economia solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132849>
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>
- Cisne, M. (2018). Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*, 132, 211-230. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>
- Cruz, T. (2006). Ocupação no mundo do trabalho e o enfoque de gênero: Qual o perfil do sujeito trabalhador que constrói a economia solidária no Brasil? *Sociedade e Cultura*, 9(2), 311-325. <https://doi.org/10.5216/sec.v9i2.479>
- Dallago, C. S. T. (2010). Mundo do trabalho e reestruturação produtiva: relações de trabalho e modo de produção capitalista. Semana de Saúde do Trabalhador de Franca. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112010000100001&script=sci_arttext&tlng=pt
- Falquet, J (2008). Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, 13(1-2), 121-142. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2008v13n1/2p121>
- Godoi, C. K. (2015). Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 55(6), 632-644. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020150603>
- Gonzalez, L. (1979). Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Annual Meeting of the Latin American Studies Association. https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf
- Hirata, H. (2005). Globalização, trabalho e gênero. *Revista Políticas Públicas*, 9(1), 111-128. <http://periodicos.eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770/1848>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Hirata, H., & Zarifian, P. (2009). Trabalho (conceito de). In H. Hirata et al., (Org.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 251-255). Editora Unesp.
- Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Trabalho Necessário*, 16(29), 14-27. <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>
- Kergoat, D. (2010). Dinâmicas e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, 86, 93-103. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>
- Lechat, N. M. P. (2002). As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. anais [Apresentação de trabalho]. 2º Seminário das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Campinas, SP, Brasil. https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf
- Marx, K., & Engels, F. (1986). *Manifesto do Partido Comunista*. Novos Rumos.
- Nobre, M. (2003). Mulheres na economia solidária. In A. D. Cattani (Org.), *A outra economia*. Veraz.

- Nogueira, M. L. M., Barros, V. A., Araujo, A. D. G., & Pimenta, D. A. O. (2017). O método de história de vida: A exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 466-485. http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2454/1698
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Singer, P. (2000). *Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas*. Contexto.

Endereço para correspondência

rayssarcastro@gmail.com

manucastelobranco2@gmail.com

jfalberto89@gmail.com

mariana.nobrega@academico.ufpb.br

Recebido em: 25/02/2022

Revisado em: 18/03/2023

Aprovado em: 24/07/2023